

## OPINIÃO

## Qual a sua avaliação sobre o cerceamento às manifestações contra o REUNI?

Fotos: ADRIANA GARCIA



**Cláudia Rodrigues Machado, 22, acadêmica do 4º semestre do curso de Psicologia e integrante do Diretório Acadêmico.**

“O interdito proibitório foi uma medida bastante autoritária, vinda da Reitoria. Eu achei que mesmo os estudantes tendo se deparado com essa situação difícil, conseguiram se organizar e fizeram aquela manifestação silenciosa no campus. Infelizmente, no final das contas não teve o efeito que

nós esperávamos, que era a maior discussão a respeito desse programa do governo, porque o REUNI não foi divulgado amplamente dentro da Universidade. Mesmo assim foi válido, porque conseguimos contornar essa proibição da Reitoria”.

**Vitor Otávio F. Biasoli, 52, professor chefe do departamento de História do CESH.**



“Eu não vi essa atitude com maus olhos, porque eu entendi que foi uma medida que a reitoria tomou no momento em que trabalhava com a idéia de que poderia haver uma invasão. Foi uma medida pragmática para impedir uma invasão que criaria bastante confusão e dificultaria a aprovação do REUNI, que a reitoria estava empenhada na aprovação. Depois de ver a reação apaixonada dos meus alunos, que estavam indignados, eu não consegui entender o porquê de tanta indignação contra o REUNI. Eu acho que eu não alcancei a dimensão da coisa. As invasões causam problemas e elas têm sido frequentes nas universidades brasileiras. Eu vi a invasão deste ano, estive na reitoria naquele dia e não entendi aquela coisa toda. Enfim, a reitoria se defendeu através de um instrumento jurídico legal. Eu li o artigo do Diorge (presidente da SEDUFSM), sobre a criminalização dos movimentos sociais e entendo as ponderações, porque há uma tendência nos últimos anos de marginalizar os movimentos sociais, como exemplo o MST. Eu não sei se o caso da Universidade seria comparável, como é colocado no artigo do Diorge. Também não sei se porque é tão perto da gente. Eu entendi que os alunos não estavam proibidos de se manifestar. Foram impedidos de invadir.”



**Rinaldo Pinheiro, 41, professor do departamento de Transporte do CT.**

“O bom senso diz que o ato da Reitoria, se antecipando ao acontecimento é antidemocrático, mas pode até ser juridicamente legal. Possivelmente, ela previu que haveria manifestações ou ocupações, como ocorreram em outros fatos polêmicos aqui da instituição. Quanto ao que eu entendi, para os alunos, as

manifestações estavam proibidas na Reitoria, mas em qualquer outro espaço poderia haver protesto. Claro, que assim se perde a função política, porque todo o processo está na Reitoria. Quanto aos professores, eu posso dizer que foi um tiro no pé, porque o sindicato é dos professores e o Reitor e Vice-reitor são sindicalizados. Até onde eu sei, o movimento sindical (docente) não faria um ato do tipo que eles estavam esperando, de depredar e agredir. Seria um ato político e civilizado, como sempre fizemos. Ficou um clima não muito agradável entre a Reitoria e o movimento sindical”.

## Governo encerra negociação salarial

FRITZ NUNES



Após análise de Rondinel, assembléia rejeitou proposta governista

A reunião entre o governo e os representantes das entidades que participam da mesa de negociação salarial dos professores, no Ministério do Planejamento, foi encerrada no início da tarde do dia 5 de dezembro. O governo finalizou a conversa nos termos que havia proposto e sugeriu aos representantes dos docentes que voltassem para assinarem o termo de acordo. Os dirigentes do ANDES-SN informaram que o Sindicato não assinaria o documento porque seus termos não atendiam às reivindicações dos docentes. O termo dará base ao instrumento legal por meio do qual o governo implantará sua proposta de recomposição da malha salarial dos docentes da carreira do ensino superior. “É bom lembrar que o termo de acordo com a Fasubra foi assinado no primeiro semestre, mas até hoje, o governo não encaminhou nenhum instrumento legal”, ressalta Almir Serra Martins Filho, 3º vice-presidente do ANDES-SN.

O presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, entregou uma carta aos representantes do governo na qual o Sindicato reconhece ter havido uma “evolução positiva do processo de negociação”, no

entanto, insuficiente para proporcionar um acordo com a categoria. “A proposta é incompleta, pois não contempla o tratamento isonômico entre as carreiras de ensino superior e de 1º e 2º grau. Além disso, trata de forma discriminatória os diversos segmentos que compõem a carreira do magistério do ensino superior”, explica o documento. Rizzo lembra que o Sindicato representa o conjunto da categoria, portanto, não pode compactuar com discriminações.

Apesar de os representantes do governo terem deixado claro que sua proposta não terá alterações, o ANDES-SN continuará buscando a negociação dos pontos que não atendem às reivindicações da categoria. No documento entregue, o Sindicato Nacional afirma que, como os resultados do processo de

negociação serão implantados nos próximos três anos, seria possível administrá-los para que em 2010 houvesse isonomia, com valorização do vencimento básico e um planejamento para incorporação/eliminação da GED.

Os representantes do ANDES-SN também enfatizaram que na linha de valorização do vencimento básico, será de fundamental importância que, estabelecidos os valores fixos da GED em março de 2008, estes não sofram mais reajustes nos anos seguintes. Essa verba deverá ser reservada para incrementos no vencimento básico e para ajustes na tabela salarial com o objetivo de uniformização dos degraus em percentuais crescentes na direção do que estabeleceu o PUCRCE.

O ANDES-SN defendeu, ainda, que a composição da remuneração deve assegurar uma relação entre os regimes de trabalho equivalente à do vencimento básico e que o governo apresente os estudos sobre os impactos financeiros de suas propostas, fornecendo às entidades sindicais a base de dados que permita a realização dos estudos de impacto.

## Análise econômica

Na assembléia do dia 30 de novembro, o professor do curso de Economia da UFSM, Ricardo Rondinel, fez uma análise detalhada do que fora até então a proposta do governo para os salários dos docentes federais. Em virtude de estar sendo proposta uma nova malha salarial, de 2008 a 2010, Rondinel fez algumas considerações.

- Segundo o economista, há um ganho em 2008 quando o Vencimento Básico (VB) é reajustado. Entretanto, em 2009 e 2010, o VB será prejudicado, tendo em vista que os percentuais de titulação não passarão mais a constar em termos percentuais desse vencimento, mas em termos de valores nominais. Para Rondinel, isso demonstra claramente a quebra do plano de carreira. Um aspecto que está explícito na proposta do governo é de que um dos principais beneficiados com a nova malha salarial é o professor com regime de 20h. Mesmo não estando escrito, o que pode ser deduzido é de que o governo estaria tornando esse regime mais

atrativo que os demais.

Além do professor 20h, que é estimulado em detrimento do que possui 40h, também o professor Associado, carreira criada ano passado, é um dos que mais se beneficia na proposição governamental, juntamente com os que são do regime “Titular”. Ricardo Rondinel rebate as notícias

que apareceram pela imprensa, segundo as quais, o governo alardeia uma recomposição salarial de até 69%. Segundo ele, nenhum dado repassado pelo MPOG comprova que terá alguém que receberá esse percentual. Ele ressalta também que a proposta é até 2010, ou seja, uma negociação que está sendo para uma inflação estimada até lá de 31%.

Contudo, diz ele, isso é estimativo apenas, pois ninguém sabe quais serão efetivamente os índices inflacionários. De qualquer forma, mesmo se levando em conta de que o percentual possa ser 31%, apenas algumas classes entre os professores teriam ganhos acima da inflação, algumas empatariam e a maioria perderia.

**“Proposta quebra o plano de carreira”**  
(Ricardo Rondinel)